

**ESCRITURA PARTICULAR DA 2^a EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DA ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

celebrada em 15 de dezembro de 2011

por

ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.,
como *Emissora*;

e

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,
como *Agente Fiduciário*.

ÍNDICE

CLÁUSULA I	AUTORIZAÇÃO	3
CLÁUSULA II	REQUISITOS	4
2.1.	DA DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E NA ANBIMA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS	4
2.2.	ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS.....	4
2.3.	INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO.....	4
2.4.	REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO, NEGOCIAÇÃO E CUSTÓDIA	4
2.5.	REGISTRO DAS GARANTIAS	5
CLÁUSULA III	CARACTERÍSTICAS DA 2ª EMISSÃO	5
3.1.	SÉRIES	5
3.2.	VALOR TOTAL DA EMISSÃO.....	5
3.3.	QUANTIDADE.....	5
3.4.	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	5
3.5.	NÚMERO DA EMISSÃO	5
3.6.	BANCO MANDATÁRIO, INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA E AGENTE ESCRITURADOR	5
CLÁUSULA IV	CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	6
4.1.	COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO	6
4.2.	DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES	7
4.3.	VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES.....	7
4.4.	FORMA, CONVERSIBILIDADE E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES	7
4.5.	ESPÉCIE	7
4.6.	PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO	10
4.7.	PRAZO DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO	10
4.8.	PERIODICIDADE DE PAGAMENTO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO	10
4.9.	REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES	12
4.10.	DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO.....	16
4.11.	VENCIMENTO ANTECIPADO	17
4.12.	PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO	24
4.13.	RESGATE ANTECIPADO TOTAL FACULTATIVO E COMPULSÓRIO	24
4.14.	MULTA E JUROS MORATÓRIOS	25
4.15.	DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS.....	25
4.16.	LOCAL DE PAGAMENTO	26
4.17.	PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS.....	26
4.18.	PUBLICIDADE	26
4.19.	REPACTUAÇÃO PROGRAMADA	26
4.20.	IMUNIDADE TRIBUTÁRIA.....	26
4.21.	RESTITUIÇÃO DE RECURSOS	26
CLÁUSULA V	OBRIGAÇÕES DA EMISSORA	27
CLÁUSULA VI	AGENTE FIDUCIÁRIO.....	30
CLÁUSULA VII	ASSEMBLEIA GERAL DE DEBÊNTURISTAS	36
CLÁUSULA VIII	DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA	38
CLÁUSULA IX	NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES	39
CLÁUSULA X	DISPOSIÇÕES GERAIS	41
CLÁUSULA XI	FORO	43

**ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DA ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pela presente “*Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição com Esforços Restritos da Isolux Energia e Participações S.A.*” (respectivamente, “**Escritura**”, “**Emissão**”, “**Oferta**” e “**Debêntures**”),

na qualidade de emissora,

- (i) **ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Câmara, nº 160, sala 1.818, Centro, CEP 20020-080, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“**CNPJ**”) sob o nº 04.726.861/0001-02, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social (“**Companhia**” ou “**Emissora**”); e,

na qualidade de agente fiduciário,

- (ii) **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, CEP 20050-005, inscrita no CNPJ sob o nº 15.227.994/0001-50, neste ato devidamente representada na forma do seu Contrato Social, na qualidade de agente fiduciário da Emissão (“**Agente Fiduciário**”), representando a comunhão dos debenturistas da Emissão (“**Debenturistas**”) (a Companhia e o Agente Fiduciário são definidos cada qual como uma “**Parte**” e, conjuntamente, as “**Partes**”);

vêm pela presente e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir dispostas.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Escritura é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 14 de dezembro de 2011 (“**AGE**”), nos termos do artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das S.A.**”).

- 1.1.1 A Emissora tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, como sócia quotista ou acionista. Ademais a Companhia pode explorar atividades nas áreas de infra-estrutura, de eletricidade, eletrônica, mecânica, eletromecânicas, construção civil, instalações e montagens industriais, elétricas, hidráulicas, de telecomunicações e demais serviços de engenharia, podendo, para tanto, participar de leilões, concessões, habilitar-se em licitações e formar sociedades de propósito específico. A Companhia pode ainda, quando necessário e com a finalidade de cumprir os objetivos sociais a que se propõe, realizar operações de compra e venda de materiais e equipamentos sempre que estas operações estejam relacionadas com o objeto social da Companhia.

CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1. DA DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E NA ANBIMA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITALIS

- 2.1.1. A Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), nos termos dos artigos 1º, inciso III, 3º e 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação (respectivamente, “**ICVM 476/09**” e “**Oferta Restrita**”).
- 2.1.2. A Emissão também não será objeto de registro perante a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“**ANBIMA**”), por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS

- 2.2.1. A ata de AGE da Emissora que aprovou a Emissão, bem como seus respectivos termos e condições, será devidamente protocolada para registro perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“**JUCERJA**”) e, após o respectivo arquivamento, será publicada pela Emissora no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Mercantil, de acordo com as disposições aplicáveis da Lei das S.A.

2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

- 2.3.1. Esta Escritura, seus eventuais aditamentos (“**Aditamentos**”) e atas de assembleias gerais de debenturistas serão registrados na JUCERJA, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das S.A.

2.4. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO, NEGOCIAÇÃO E CUSTÓDIA

- 2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“**SDT**”), e negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“**SND**”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“**CETIP**”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures estarão sujeitas aos controles de compensação e liquidação da CETIP quando custodiadas eletronicamente no SND.
- 2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos da ICVM 476/09 (“**Investidores Qualificados**”), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua respectiva subscrição e/ou aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme o caso, de acordo com o artigo 13 da ICVM 476/09 e do cumprimento pela Emissora das obrigações estabelecidas pelo artigo 17 da ICVM 476/09.

2.5. REGISTRO DAS GARANTIAS

- 2.5.1. As Garantias (conforme definido no item 4.5 abaixo) deverão ser registradas, na forma prevista nos Documentos das Garantias (conforme definido no item 4.5.3 abaixo), nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, conforme aplicável e uma via registrada deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) dias úteis contados da data do respectivo registro.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA 2ª EMISSÃO

3.1. SÉRIES

- 3.1.1. A Emissão será realizada em 1 (uma) única série.

3.2. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

- 3.2.1. O valor total da Emissão (“**Valor Total**”) é de R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.3. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

- 3.3.1. Serão emitidas 140.000 (cento e quarenta mil) Debêntures.

3.4. DESTINAÇÃO DE RECURSOS

- 3.4.1. Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão utilizados para o resgate antecipado da debênture emitida pela Emissora nos termos da “*Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debênture Simples, Não Conversível em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição com Esforços Restritos da Isolux Energia e Participações S.A.*”, de 30 de novembro de 2010 (“**1ª Emissão**”), para o alongamento de outros passivos de curto prazo e utilização como capital de giro em geral da Companhia.

3.5. NÚMERO DA EMISSÃO

- 3.5.1. A presente Escritura representa a 2ª (segunda) emissão pública com esforços restritos de debêntures da Emissora.

3.6. BANCO MANDATÁRIO E AGENTE ESCRITURADOR

- 3.6.1. O banco mandatário da Emissão e o agente escriturador das Debêntures serão (i) **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, Torre Eudoro Villela, 7º andar, CEP 04309-010, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04; e (ii) **Itaú Corretora de Valores S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 (“**Banco Mandatário**” e “**Agente Escriturador**”, respectivamente).

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

- 4.1.1. As Debêntures serão objeto da Oferta Restrita e destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados, nos termos da ICVM 476/09 e do “*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição com Esforços Restritos da Isolux Energia e Participações S.A.*” (“**Contrato de Distribuição**”).
- 4.1.1.1. A Oferta Restrita será realizada sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures emitidas, com a intermediação do **Banco Votorantim S.A.**, instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 59.588.111/0001-03 (“**Votorantim**” ou “**Coordenador Líder**”).
- 4.1.2. No âmbito da Oferta Restrita: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelo Coordenador Líder; (ii) as Debêntures poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados; e (iii) cada Investidor Qualificado que participar da Oferta deverá subscrever Debêntures representando, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos da ICVM 476/09.
- 4.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula IV.
- 4.1.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente e declara que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na ICVM 476/09 e nesta Escritura; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias (conforme definido no item 4.5 abaixo).
- 4.1.5. A totalidade das Debêntures será subscrita pelo VNU (conforme definido abaixo) acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, em única data. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder a nenhum Investidor Qualificado interessado em adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.
- 4.1.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

- 4.1.7. O Coordenador Líder será responsável pela subscrição e integralização das Debêntures que não forem subscritas e/ou integralizadas no âmbito da Oferta no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de início da distribuição.

4.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

- 4.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 19 de dezembro de 2011 (**“Data de Emissão”**).

4.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

- 4.3.1. Cada uma das Debêntures terá valor nominal unitário, na Data de Emissão, de R\$ 1.000,00 (mil reais) (**“Valor Nominal Unitário”** ou **“VNU”**).

4.4. FORMA, CONVERSIBILIDADE E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

- 4.4.1. As Debêntures serão simples e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados e serão escrituradas junto ao Agente Escriurador da Emissão. Para todos os fins de direito, a titularidade de cada Debênture será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Agente Escriurador das Debêntures. Adicionalmente, a CETIP expedirá extrato em nome do titular das Debêntures – que servirá de comprovante de titularidade – com relação às Debêntures custodiadas eletronicamente pela CETIP.

4.5. ESPÉCIE

- 4.5.1. As Debêntures são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das S.A., contando, ainda, com garantia fidejussória outorgada pela Garantidora (conforme definido abaixo) (**“Garantias”**).

4.5.1.1. A garantia real é representada pela cessão fiduciária, nos termos da legislação aplicável:

- (i) dos direitos relativos à conta corrente 199.672.001-5, agência 0001, mantida sob a modalidade de conta vinculada pela Emissora junto ao Banco Votorantim S.A. (**“Instituição Depositária”**) – identificado pelo nº 655 (**“Conta Vinculada”**), e dos direitos creditórios representados pela totalidade dos valores a que a Companhia fizer jus a título de dividendos, juros sobre capital próprio e recursos provenientes de redução de capital que sejam pagos pelas Transmissoras (conforme definido abaixo) (conjuntamente, os recursos a que a Companhia fizer jus, nos termos deste item 4.5.1.1(i) e observadas as disposições dos itens (a) e (b) abaixo, as **“Distribuições”**), ficando ressalvado, entretanto, que:
- (a) para as finalidades da garantia de que trata este item 4.5.1.1(i), quaisquer valores a que a Companhia fizer jus a título de dividendos, juros sobre capital próprio, ou, ainda, provenientes de redução de capital social, distribuídos pelas Transmissoras e que sejam objeto de excussão de garantia outorgada pela Companhia ou por qualquer dentre as seguintes sociedades: (1) Interligação Elétrica Norte e Nordeste

S.A. (“**IENNE**”); (2) Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A. (“**Xingu**”); (3) Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. (“**Macapá**”); (4) Jauru Transmissora de Energia S.A. (“**Jauru**”); (5) Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (“**CPTE**”); e (6) Linhas de Taubaté Transmissora de Energia Ltda. (“**Taubaté**”) (conjuntamente designadas “**Transmissoras**”) em favor do (A) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social—BNDES (“**BNDES**”) e/ou (B) de outras instituições financeiras atuantes na qualidade de agentes financeiros, no âmbito de financiamentos contratados pelas Transmissoras junto ao BNDES, e/ou (C) do Banco da Amazônia S.A. e/ou (D) do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e/ou (E) do agente fiduciário, agente de garantias ou, de qualquer forma, beneficiário(s) de garantia que possa vir a ser outorgada na 1ª emissão pública de debêntures pela CPTE, no valor de até R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) na respectiva data de emissão, e/ou (F) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM ou suas entidades e fundos de fomento ligados, no âmbito de financiamento que possa ser obtido pela Jauru para a implementação das instalações da linha de transmissão de energia elétrica de 230kV, no trecho SE-Samuel e SE-Vilhena, com extensão de 595km, passando por dezesseis municípios do Estado de Rondônia (“**Trecho Norte**”), no valor de até R\$210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais) na respectiva data de contratação, conforme o caso, não integrarão a garantia referida neste item 4.5.1.1(i); e

(b) desde a Data de Emissão, a totalidade das Distribuições deverá transitar na Conta Vinculada, ficando estabelecido que a partir de 19 de dezembro de 2012, durante o prazo de vigência das Debêntures, deverão ser acumulados e/ou serão retidos na Conta Vinculada recursos suficientes ao pagamento da próxima parcela estimada de Remuneração (conforme definido abaixo) e da próxima parcela de amortização do VNU, na forma estabelecida nos termos dos Documentos das Garantias (conforme definido abaixo);

(ii) da totalidade dos direitos da Emissora com relação ao Certificado de Depósito Bancário — CDB de emissão da Instituição Depositária, de titularidade da Emissora (“**CDB Cedido Fiduciariamente**”), a ser emitido para aplicação de recursos no valor de até R\$ 14.000.000,00 (catorze milhões de reais) na data de liquidação financeira da Emissão, livre e desembaraçado de quaisquer ônus, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza (incluindo, sem limitação, de natureza fiscal). O CDB Cedido Fiduciariamente integrará as Garantias até a entrada em operação das linhas de transmissão de titularidade das sociedades Xingu, Macapá e Taubaté, quando então deverá ser liberado, nas condições dispostas nos Documentos das Garantias (conforme definido abaixo).

4.5.1.1.1. As garantias referidas no item 4.5.1.1(i) e (ii) acima foram devidamente aprovadas pela Emissora consoante às deliberações tomadas na AGE.

4.5.1.1.2. Para os fins do item 4.5.1.1(ii) acima, fica estabelecido que a Emissora estará sujeita ao prazo de até 15 (quinze) dias corridos para a recomposição da garantia lá indicada caso, a qualquer tempo, os direitos objeto de tal garantia sejam utilizados

para a satisfação do crédito de titulares das Debêntures, nos termos dos Documentos das Garantias (conforme definido abaixo).

4.5.1.1.3. Adicionalmente, no que se refere à liberação do CDB Cedido Fiduciariamente, a comprovação de entrada em operação das linhas de transmissão de titularidade das sociedades Xingú, Macapá e Taubaté deverá ser realizada mediante fornecimento pela Companhia ao Agente Fiduciário de comprovação do recebimento da primeira cobrança de receita anual permitida – RAP, de acordo com as normas aplicáveis e com cada respectivo contrato de concessão. Fica estabelecido desde já que mediante a comprovação de início de operação da linha de transmissão de titularidade de cada uma das sociedades Xingu, Macapá e Taubaté o CDB Cedido Fiduciariamente poderá ser resgatado parcialmente, mediante solicitação da Companhia encaminhada ao Agente Fiduciário, nos montantes de: (i) R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) com relação à Xingú; (ii) R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) com relação à Macapá; e (iii) R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) com relação à Taubaté, sendo que os correspondentes recursos serão liberados à Companhia pela Instituição Depositária em até 2 (dois) dias úteis, até o resgate total do CDB Cedido Fiduciariamente, mediante autorização do Agente Fiduciário encaminhada à Instituição Depositária.

4.5.1.2. A garantia fidejussória (fiança) é representada por garantia corporativa regida pelas leis do Reino de Espanha, concedida pela **Grupo Isolux Corsán, S.A. (“Garantidora”)**, nos termos das disposições legais aplicáveis.

4.5.1.2.1. Para os fins do item 4.5.1.2 acima, fica estabelecido que os documentos representativos da garantia fidejussória a ser outorgada pela Garantidora deverão estar devidamente notariados, consularizados e/ou de outra forma devidamente legalizados de acordo com as disposições de apostilamento e registro de documentos estrangeiros aplicáveis, de forma que sejam existentes válidos e vigentes no Brasil, para todos os fins e efeitos legais, em até 30 (trinta) dias contados desde a data da subscrição e integralização das Debêntures.

4.5.1.2.2. Tendo em vista o disposto no item 4.5.1.2.1 acima, a subscrição e integralização das Debêntures pelos respectivos Debenturistas importará na ciência e no consentimento por parte de tal Debenturista com relação ao prazo de até 30 (trinta) dias contados desde a data da subscrição e integralização das Debêntures, para a conclusão dos procedimentos aplicáveis à constituição e formalização da garantia fidejussória indicada no item 4.5.1.2. Adicionalmente e, para a ausência de dúvidas, a subscrição e integralização das Debêntures importará em renúncia dos Debenturistas a quaisquer reclamações, ações e/ou questionamentos perante o Agente Fiduciário (quer seja em âmbito judicial, administrativo ou outro) com relação ao prazo de até 30 (trinta) dias contados desde a data da subscrição e integralização das Debêntures, para a conclusão dos procedimentos aplicáveis à garantia fidejussória indicada no item 4.5.1.2.

- 4.5.2. Para a ausência de dúvida, as garantias referidas no item 4.5.1 acima são outorgadas em caráter irrevogável e irretratável pela Emissora e pela Garantidora, vigendo até a integral liquidação do Valor Total da Emissão na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, incluindo, sem limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário (“**Valor Garantido**”), nos termos do “*Contrato de Cessão Fiduciária de Certificado de Depósito Bancário – CDB, de Direitos Creditórios de Distribuições e de Direitos de Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças*” (“**Contrato de Cessão Fiduciária**”), da presente Escritura e demais instrumentos jurídicos competentes à formalização das Garantias, a serem firmados entre a Emissora, a Garantidora, o Agente Fiduciário e a Instituição Depositária da Conta Vinculada (conjuntamente, “**Documentos das Garantias**”).
- 4.5.3. Para os fins desta Cláusula IV, item 4.5, sem prejuízo das Garantias indicadas nos itens 4.5.1.1(i)(a) e (b) e, ainda, 4.5.1.2, fica estabelecido que a Garantia de que trata o item 4.5.1.1(ii) acima representará, na data de liquidação financeira da Emissão, o valor de R\$14.000.000,00 (catorze milhões de reais), correspondente a 10% (dez por cento) do Valor Total da Emissão na data de liquidação financeira, fato com o qual cada Investidor Qualificado que investir em Debêntures da Emissão concorda e anui mediante a subscrição e integralização, ou mera aquisição de Debêntures em caráter secundário.
- 4.5.4. Adicionalmente, fica estabelecido que o Contrato de Cessão Fiduciária contemplado pelos Documentos das Garantias desta Emissão será firmado sob condição suspensiva, nos termos do artigo 121 do Código Civil (conforme definido abaixo), passando a vigorar com eficácia plena mediante a completa liquidação do resgate antecipado da debênture da 1ª Emissão da Emissora.

4.6. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

- 4.6.1. A totalidade das Debêntures será subscrita pelo VNU acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até sua efetiva integralização (“**Preço de Subscrição**”).
- 4.6.2. As Debêntures serão integralizadas dentro do prazo de distribuição estabelecido pela ICVM 476/09 e no Contrato de Distribuição, em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação estabelecidas pela CETIP.

4.7. PRAZO DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO

- 4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 90 (noventa) meses, contado a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 19 de junho de 2019 (“**Prazo de Vigência**” e “**Data de Vencimento**”, respectivamente).

4.8. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

- 4.8.1. Ressalvado o disposto com relação a Resgate Antecipado (quer seja compulsório ou facultativo) (conforme definido abaixo), à Amortização Extraordinária (conforme definido abaixo) ou às disposições acerca do vencimento antecipado das Debêntures (conforme disposto no item 4.11 abaixo), o VNU, acrescido da Remuneração acumulada durante os primeiros 18 (dezoito) meses

contados desde a Data de Emissão (“**Período de Carência**”), será amortizado mediante o pagamento de 13 (treze) parcelas consecutivas, nos percentuais evidenciados na tabela abaixo (cada qual, uma “**Amortização**”), sendo a primeira no dia 19 do mês de junho de 2013 e, as demais, semestralmente, conforme a tabela abaixo. Para todos os fins e efeitos legais, a Emissora expressamente reconhece e concorda que a Remuneração acumulada durante o Período de Carência será incorporada ao VNU das Debêntures, de forma que o total seja amortizado de acordo com a tabela abaixo:

#Amortização	Data	% de VNU (acrescido da Remuneração acumulada durante o Período de Carência) objeto de Amortização
1	19/Jun/13	0,750%
2	19/Dez/13	0,750%
3	19/Jun/14	1,875%
4	19/Dez/14	1,875%
5	19/Jun/15	7,625%
6	19/Dez/15	7,625%
7	19/Jun/16	6,250%
8	19/Dez/16	6,250%
9	19/Jun/17	8,875%
10	19/Dez/17	8,875%
11	19/Jun/18	10,750%
12	19/Dez/18	10,750%
13	19/Jun/19	27,750%

4.8.1.1. Observado o item 4.8.1 acima, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante notificação ao Agente Fiduciário, à CETIP e publicação de Aviso aos Debenturistas, nos termos da Lei das S.A., com no mínimo 10 (dez) dias úteis de antecedência, realizar amortizações extraordinárias limitadas a 90% (noventa por cento) do VNU ou saldo do VNU das Debêntures, de maneira *pro rata* entre todas as Debêntures (“**Amortizações Extraordinárias**”), em consonância com as disposições a seguir:

- (i) por ocasião de cada Amortização Extraordinária, conforme o caso, o valor amortizado será deduzido do VNU (ou saldo de VNU) das Debêntures então em circulação, *pro rata* entre todas as Debêntures, deduzindo o valor de cada Amortização Extraordinária de forma proporcional entre todas as Amortizações, de forma a manter-se as datas de pagamento indicadas na tabela acima, até a Data de Vencimento;
- (ii) cada Amortização Extraordinária, conforme o caso, ocorrerá de acordo com os procedimentos operacionais da CETIP para tal finalidade; e
- (iii) a Companhia deverá pagar aos titulares das Debêntures: (a) a parcela de VNU sujeita à amortização; acrescida da (b) Remuneração aplicável à totalidade das Debêntures então em circulação, calculada *pro rata temporis* até a data da liquidação da Amortização Extraordinária (“**Saldo Devedor da Amortização**”).

Extraordinária”), acrescido, ainda, de (c) prêmio de liquidação antecipada incidente sobre o Saldo Devedor da Amortização Extraordinária (“**Prêmio de Amortização Extraordinária**”), nos termos da tabela abaixo:

Data da Amortização Extraordinária		% incidente sobre o Saldo Devedor da Amortização Extraordinária
De	Até	
19/12/2011	19/12/2012	1,00%
20/12/2012	19/06/2013	0,90%
20/06/2013	19/12/2013	0,80%
20/12/2013	19/06/2014	0,70%
20/06/2014	19/12/2014	0,65%
20/12/2014	19/06/2015	0,60%
20/06/2015	19/12/2015	0,55%
20/12/2015	19/06/2016	0,50%
20/06/2016	19/12/2016	0,45%
20/12/2016	19/06/2017	0,40%
20/06/2017	19/12/2017	0,30%
20/12/2017	19/06/2019	0,20%

- (iv) a comunicação de Amortização Extraordinária prevista acima deverá contemplar a data de tal Amortização Extraordinária; o valor objeto de tal Amortização Extraordinária; e quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária; e
- (v) caso as Debêntures estejam custodiadas no SND, cada Amortização Extraordinária obedecerá aos procedimentos determinados pela CETIP.

4.8.1.2. A Companhia deverá obrigatoriamente realizar Amortizações Extraordinárias de Debêntures, caso haja alienação com prévio e expresso consentimento por escrito dos titulares das Debêntures em AGD, de qualquer Participação de titularidade da Emissora em qualquer das Transmissoras (cada qual, uma “**Amortização Extraordinária Compulsória**”). Para as finalidades deste item, “**Participação**” deverá significar, a qualquer tempo, as ações de emissão de cada Transmissora então detidas pela Emissora. A Amortização Extraordinária Compulsória reger-se-á pelas mesmas disposições aplicáveis às Amortizações Extraordinárias no tocante aos procedimentos estabelecidos no item 4.8.1.1(i), (ii), (iii), (iv) e (v) acima, *ficando estabelecido, para a ausência de dúvida*, que o valor da parcela de VNU sujeita à amortização, de acordo com o item 4.8.1.1(iii) acima será correspondente ao valor obtido mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VAEC = \frac{VRAC \times PA \times F}{PT}$$

onde:

VAEC = valor da Amortização Extraordinária Compulsória, caso haja anuência dos titulares das Debêntures para alienação de ativos relativos às linhas transmissoras de titularidade das Transmissoras;

VRAC = valor de Resgate Antecipado Compulsório da totalidade das Debêntures, que seria devido caso não houvesse a anuência dos titulares das Debêntures e calculado de acordo com o item 4.13.4 e 4.13.1(ii);

PA = percentual alienado da Participação da Emissora no capital social total da Transmissora com relação à qual haja a alienação;

PT = percentual da Participação da Emissora no capital social total da Transmissora antes da alienação;

F = fator multiplicador para cada uma das Transmissoras, conforme definido pelos titulares das Debêntures em AGD, sendo que o valor mínimo de F deverá obedecer as definições a seguir: (i) caso os ativos alienados digam respeito à Macapá, F deverá corresponder a, no mínimo, 36% (trinta e seis por cento); (ii) caso os ativos alienados digam respeito à Xingú, F deverá corresponder a, no mínimo, 32% (trinta e dois por cento); (iii) caso os ativos alienados digam respeito à CPTE ou à Jauru ou à IENNE ou à Taubaté, com relação a cada qual de tais sociedades, F deverá corresponder a, no mínimo, 8% (oito por cento). Dessa forma, caso haja mais de uma alienação de Participação, nos termos acima descritos, o valor da Amortização Extraordinária Compulsória será a soma de VAEC calculado para cada caso de alienação, utilizando-se a fórmula acima.

4.9. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

- 4.9.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o VNU ou saldo do VNU e correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros – de um dia, “*over extra grupo*”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“**Taxa DI**”), acrescida de uma sobretaxa ou *spread* de 5,35% a.a. (cinco inteiros e trinta e cinco centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde: (i) a Data de Emissão das Debêntures; ou (ii) a data de incorporação da Remuneração acumulada durante o Período de Carência ao VNU, nos termos do item 4.8.1 acima; ou (iii) a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data de pagamento de Remuneração subsequente, conforme o caso, até a Data de Vencimento ou até data de vencimento antecipado das Debêntures, ressalvadas as disposições desta Escritura relativas ao pagamento de Remuneração em caso de Resgate Antecipado ou de Amortização Extraordinária, de acordo com a seguinte fórmula (“**Remuneração**”):

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1), \text{ onde:}$$

“**J**” corresponde ao valor dos juros devidos ou incorporados ao VNU no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamentos;

“**VNe**” corresponde ao VNU ou saldo do VNU das Debêntures, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“**FatorJuros**” é o fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread, \text{ onde:}$$

“**FatorDI**” corresponde ao produtório das Taxas DI_k , da data de início de cada Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

“**k**” corresponde ao número de ordem das Taxas DI, variando de “1” até “ n_{DI} ”;

“ n_{DI} ” corresponde ao número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo “ n_{DI} ” um inteiro;

“ **TDI_k** ” corresponde à Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

onde:

“**k**” = 1, 2, ..., n;

“ **DI_k** ” corresponde à Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“ **d_k** ” corresponde ao número de dias úteis correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI *over*, sendo número inteiro;

“**FatorSpread**” corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

“**spread**” corresponde ao *spread*, ou sobretaxa equivalente a 5,3500 (cinco inteiros e trinta e cinco centésimos), informado com 4 (quatro) casas decimais; e

“**DP**” corresponde ao número de dias úteis entre a Data de Emissão das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou: (i) a data de incorporação da Remuneração ao VNU; ou (ii) a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e a data atual, sendo “**DP**” um número inteiro.

Ficando estabelecido, para os fins do presente item que:

- (i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
 - (ii) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
 - (iii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
 - (iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
 - (v) considera-se o resultado da multiplicação do FatorDI pelo FatorSpread com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
 - (vi) a Remuneração acumulada durante o Período de Carência, ou seja, entre a Data de Emissão e 19 de junho de 2013, será incorporada ao VNU em 19 de junho de 2013.
- 4.9.2. Define-se “**Período de Capitalização**” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de incorporação da Remuneração ao VNU, qual seja, 19 de junho de 2013, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.
- 4.9.4. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

4.10. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

- 4.10.1. O pagamento da Remuneração ocorre semestralmente, nos meses de junho e dezembro, sendo o primeiro no dia 19 do mês de dezembro de 2013 e o último na Data de Vencimento ou na data de vencimento antecipado das Debêntures, ressalvadas as disposições desta Escritura no tocante ao pagamento de Remuneração em caso de Resgate Antecipado ou de Amortização Extraordinária.
- 4.10.1.1. Fará jus à Remuneração cada titular de Debênture: (i) que assim conste nos registros do Agente Escriurador; ou (ii) com custódia na CETIP, ficando ressalvado que em ambos os casos terá direito ao recebimento o titular de Debênture que ao final do dia útil anterior à data de cada pagamento for titular da Debênture, nos termos deste item 4.10.
- 4.10.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 4.10.1 acima, tendo em vista a possibilidade de realização de Amortizações Extraordinárias, nos termos do item 4.8 acima, ou de Resgate Antecipado, nos termos do item 4.13 abaixo:
- (i) por ocasião de uma Amortização Extraordinária ou de Resgate Antecipado, o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Remuneração será proporcional ao percentual do VNU objeto de Amortização Extraordinária ou sujeito ao Resgate Antecipado, sendo calculado de acordo com a metodologia disposta no item 4.8 ou 4.13, e pago na data da liquidação de tal Amortização Extraordinária ou Resgate Antecipado; e
 - (ii) no caso de Amortização Extraordinária, o valor da Remuneração incidente sobre o saldo do VNU após a referida Amortização Extraordinária relativa ao Período de Capitalização em que ocorrer a Amortização Extraordinária, será pago na data de pagamento de Remuneração subsequente.
- 4.10.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula IV, será utilizado, em substituição, para apuração de TDI_k, o último valor divulgado para a Taxa DI, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.
- 4.10.3. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data esperada para a sua apuração e/ou divulgação (“**Período de Ausência da Taxa DI**”), ou ainda, no caso de extinção da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar uma assembleia geral de Debenturistas, a se realizar conforme as disposições da Lei das S.A. (cada qual, uma “**AGD**”), nos termos do artigo 124 da Lei das S.A., para definir, de comum acordo com a Emissora – observada a regulamentação aplicável e as disposições da Cláusula VII abaixo – o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado às Debêntures. A AGD será realizada no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contado a partir do último Período de Ausência da Taxa DI.
- 4.10.4. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado às Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas, fica a Emissora desde já obrigada a resgatar as Debêntures então em

circulação, com o respectivo e consequente cancelamento, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contado a partir da data de realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento (o que ocorrer primeiro), acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão das Debêntures ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Serão utilizadas para o cálculo da Remuneração as fórmulas definidas no item 4.9.1 acima, e para a apuração de TDI_k o valor da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), apurada e divulgada pelo Banco Central do Brasil, então vigente, até a data do cálculo e pagamento do preço de resgate antecipado das Debêntures.

- 4.10.5. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CETIP e será efetuado por meio do Banco Mandatário para os Debenturistas cujas Debêntures não estejam depositadas em custódia vinculada à CETIP.

4.11. VENCIMENTO ANTECIPADO

- 4.11.1. Observadas as disposições abaixo desta Escritura com relação às hipóteses de vencimento antecipado automático e àquelas que demandarão consulta prévia aos Debenturistas, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do respectivo saldo devedor do VNU acrescido da Remuneração, devida e apurada nos termos da Escritura, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, mediante a ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (i) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias e/ou dívidas ou, ainda, aceleração do vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias e/ou dívidas: (a) da Emissora em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); e/ou (b) de quaisquer de suas respectivas controladoras, quer seja direta ou indiretamente, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), desde que tais inadimplementos previstos nos itens (a) e/ou (b) acima não sejam sanados ou aceleração não seja curada no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da data em que qualquer das obrigações referidas acima se torne devida, nos respectivos termos e condições;
- (ii) (a) decretação de falência da Emissora e/ou de quaisquer de suas respectivas controladoras, quer seja direta ou indiretamente, e/ou sociedades controladas (conjuntamente, “**Afiliadas**”); (b) pedido de falência pela Emissora e/ou por quaisquer das respectivas Afiliadas; (c) pedido de falência da Emissora e/ou de quaisquer das respectivas Afiliadas formulado por terceiro(s) e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial pela Emissora e/ou por quaisquer das respectivas Afiliadas, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou de quaisquer das respectivas Afiliadas;
- (iii) alteração, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora ou diminuição da participação da Emissora em quaisquer sociedades em que a Emissora mantenha participação societária, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures reunidos em AGD, entendendo-se por controle as prerrogativas contempladas no artigo 116 da Lei das S.A.;

- (iv) realização pela Emissora, seja a que título for, de qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer participação estatutária em lucros – exceto no que se refere ao dividendo mínimo obrigatório estabelecido pela Lei das S.A. e/ou legislação aplicável – caso a Emissora esteja em situação de inadimplemento com relação a qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária referente às Debêntures;
- (v) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação de natureza pecuniária (quer seja relativa ao pagamento do VNU, da Remuneração ou outro) ou não pecuniária referente às Debêntures, não sanado em até 2 (dois) dias úteis, contados da data do respectivo inadimplemento;
- (vi) caso a Emissora e/ou qualquer de suas sociedades controladas contraia em seu nome qualquer tipo de endividamento, sem o prévio e expresso consentimento por escrito dos titulares das Debêntures em AGD, exceto no que se refere: (a) a uma possível captação de recursos mediante a 1ª oferta pública de debêntures por parte da CPTE, em todo caso, cujo valor não poderá superar R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) na respectiva data de emissão; (b) ao empréstimo-ponte e financiamento de longo prazo de Jauru Trecho Norte (em todo caso, cujo valor não poderá superar R\$210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais) na respectiva data de contratação; além (c) da possibilidade de prestação de quaisquer garantias fidejussórias (quer sejam cartulares (avais) ou outras) outorgadas pela Companhia em favor de qualquer de suas controladas e/ou coligadas que sejam prestadas exclusivamente no contexto do financiamento de projetos de infra-estrutura e energia (quer seja de curto e/ou de longo prazos); e (d) da formalização de contrato de mútuo entre a Emissora e a CPTE no valor de até R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais); e (e) à contratação de financiamento de longo prazo no valor de até R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais) pela Taubaté;
- (vii) caso quaisquer recursos correspondentes às Distribuições e devidos à Emissora pelas Transmissoras sejam depositados em outra conta corrente que não a Conta Vinculada sem o prévio e expresso consentimento por escrito dos titulares das Debêntures em AGD, contanto que tais recursos não sejam transferidos pela Emissora para a Conta Vinculada no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data em que forem depositados em outra conta que não a Conta Vinculada. Fica estabelecido que o montante que exceder o valor especificado no item 4.5.1.1(i)(b) será liberado para uma conta de livre movimentação da Emissora;
- (viii) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou contra qualquer uma de suas Afiliadas com valor unitário ou agregado de, no mínimo, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora seja responsável, ainda que na condição de garantidora, desde que referido protesto não seja sanado ou suspenso em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data em que a Emissora tomar ciência da ocorrência de referido protesto;
- (ix) descumprimento de qualquer decisão transitada em julgado de natureza judicial proferida contra a Emissora ou contra qualquer de suas Afiliadas, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), desde que tal descumprimento não tenha sido sanado em até 15 (quinze) dias corridos contados a partir da respectiva data de descumprimento;

- (x) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;
- (xi) implementação, integração e/ou de outra forma, envolvimento da Emissora em qualquer operação de reestruturação societária, incluindo, sem limitação, qualquer fusão, cisão, incorporação sem prévia deliberação dos titulares das Debêntures reunidos em AGD, exceto se realizada com Afiliadas da Emissora;
- (xii) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora em qualquer dos documentos relacionados à Emissão são falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto;
- (xiii) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Código Civil**”);
- (xiv) caso qualquer das Transmissoras, a qualquer tempo durante o Prazo de Vigência das Debêntures, deixe de manter a titularidade da(s) respectiva(s) licenças e/ou concessões necessárias para a perfeita operação da Emissora e das Transmissoras perante o(s) competente(s) poderes concedentes, exceto: (i) se as Transmissoras retomarem a titularidade da(s) respectiva(s) licenças e/ou concessões dentro de um prazo de 5 (cinco) dias úteis; ou (ii) em face da expressa anuência dos titulares das Debêntures em AGD, com relação a eventual perda de concessão e/ou licença por parte de qualquer das Transmissoras;
- (xv) não utilização dos recursos obtidos com a Emissão para o resgate da debênture emitida no âmbito da 1ª Emissão;
- (xvi) alteração, direta ou indireta, do controle acionário de qualquer das Transmissoras em razão da excussão de eventuais garantias outorgadas por qualquer tal Transmissora em favor de terceiros;
- (xvii) não observância pela Companhia, durante o Prazo de Vigência das Debêntures, das obrigações financeiras estabelecidas abaixo (“**Covenants Financeiros**”), com relação à Macapá, à Xingu, à Jauru e à Taubaté. Para os fins deste item, o índice de cobertura de serviço da dívida (“**ICSD**”) de cada uma dentre a Macapá, a Xingu, a Jauru e a Taubaté deverá ser, com relação a cada Data de Apuração (conforme definido abaixo) maior ou igual a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), ficando estabelecido que o ICSD será para cada tal sociedade calculado da seguinte forma:
 - (a) para as sociedades **Macapá** e **Xingu** o **ICSD** será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Fluxo de Caixa Disponível para Pagamento da Dívida no Período} = \mathbf{A}}{\text{Serviço de Dívida no Período} = \mathbf{B}}$$

Onde:

A = Fluxo de Caixa Operacional

- (-) Impostos Pagos
- (+) Receita Financeira
- (+) Aporte de Capital

(+) Caixa Acumulado

B = Juros a Pagar

(+) Amortização de Principal

“Fluxo de Caixa Operacional” deverá significar: Receita Líquida (-) Custo da Prestação do Serviço;

“Receita Líquida” deverá significar: Receita Bruta (-) PIS (-) COFINS (-) Perdas de Transmissão;

“Custo da Prestação do Serviço” deverá significar: O&M (+) Seguros (+) Royalties (+) Contribuições para o Setor Elétrico (+) Transporte (+) Outorga da Concessão;

“Impostos Pagos” deverá significar: desembolsos referentes ao pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social;

“Receita Financeira” deverá significar: receita proveniente da aplicação do saldo do Caixa Acumulado, das Contas Reserva.

“Aporte de Capital” deverá significar: eventual aporte de recursos dos acionistas, para cobrir alguma insuficiência de caixa em determinado período;

“Caixa Acumulado” deverá significar: somatória dos caixas excedentes em cada período. O caixa excedente é o caixa que resulta de: Entradas de Caixa do Projeto (-) Obrigações do Projeto.

- (b) para as sociedades **Jauru** e **Taubaté**, o **ICSD** será calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Financeiras, em determinado período de verificação, a saber:

A) Geração de Caixa da Atividade

(+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior

(+) LAJIDA (EBITDA)

(-) Imposto de Renda

(-) Contribuição Social

(+/-) Variação de Capital de Giro (se o resultado da Variação do Capital de Giro for negativo, será somado ao EBITDA)

B) Serviço da Dívida

(+) Amortização de Principal

(+) Pagamento de Juros

$$C = \text{Índice de Cobertura de Serviço da Dívida} = (A)/(B)$$

O “**LAJIDA (EBITDA)**” corresponde ao somatório dos itens abaixo:

- (+) Lucro Líquido
- (+) Despesa (Receita) Financeira Líquida
- (+) Provisão para o Imposto de Renda e Contribuições Sociais
- (+) Depreciações e Amortizações
- (+) Outras Despesas (Receitas) líquidas não Operacionais
- (+) Perdas (Lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas/controladas

A “**Variação de Capital de Giro**” no período “t” é calculada na forma abaixo (para os fins deste item “t” corresponde a um determinado período do ano civil e “t-1” corresponde ao período imediatamente anterior):

- a) Necessidade de Capital de Giro no período “t”
 - (+) (Ativo Circulante menos Disponibilidades) “t”
 - (-) (Passivo Circulante menos Empréstimos, Financiamentos, Debêntures de Curto Prazo e Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital) “t”
- b) Necessidade de Capital de Giro no período “t-1”
 - (+) (Ativo Circulante menos Disponibilidades) “t-1”
 - (-) (Passivo Circulante menos Empréstimos, Financiamentos, Debêntures de Curto Prazo e Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital) “t-1”
- c) Variação de Capital de Giro = (Necessidade de Capital de Giro no período “t”) – (Necessidade de Capital de Giro no período “t-1”)
- (c) o **ISCD** deverá ser apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras anuais auditadas de Macapá, da Xingu, da Jauru e da Taubaté, tendo por base o exercício social anterior iniciado em 1 de janeiro e terminado em 31 de dezembro, considerando-se 31 de dezembro a “**Data de Apuração**” para cada verificação de atendimento aos *Covenants* Financeiros;
- (d) (1) a primeira apuração dos *Covenants* Financeiros de Jauru deverá ocorrer após 12 (doze) meses da entrada em operação do Trecho Norte; (2) e a primeira apuração dos *Covenants* Financeiros de Xingu, Macapá e Taubaté deverá ocorrer após pelo menos 12 (doze) meses da respectiva data de entrada em operação, e a memória de cálculo de cada apuração de observância aos *Covenants* Financeiros deverá ser enviada anualmente pela Emissora ao Agente Fiduciário em conjunto com as demonstrações financeiras da Emissora;
- (e) especificamente para as finalidades deste item (vii), a não observância dos *Covenants* Financeiros apenas poderá ensejar o vencimento antecipado das Debêntures quando:

- (1) cada uma dentre a Macapá ou a Xingu ou a Jauru ou a Taubaté, isoladamente, não observar os *Covenants* Financeiros que lhe forem aplicáveis por 2 (duas) vezes consecutivas; ou
 - (2) não forem observados os *Covenants* Financeiros de qualquer uma dentre a Macapá ou a Xingu ou a Jauru ou a Taubaté por 3 (três) vezes, consecutivas ou não. Dessa forma, quaisquer 3 (três) infrações aos *Covenants* Financeiros, independentemente de ocorrer consecutivamente ou não, por parte de 1 (uma) das Transmissoras ou de mais de 1 (uma) Transmissora, poderá ensejar o vencimento antecipado das Debêntures; ou
 - (3) uma dentre a Macapá ou a Xingu ou a Jauru ou a Taubaté não observar os *Covenants* Financeiros que lhe forem aplicáveis por 3 (três) vezes, consecutivas ou não. Dessa forma, quaisquer 3 (três) infrações aos *Covenants* Financeiros, independentemente de ocorrer consecutivamente ou não, mas que isoladamente ocorra com relação a qualquer uma das Transmissoras, poderá ensejar o vencimento antecipado das Debêntures;
- (f) exclusivamente no que diz respeito à Taubaté, fica desde já expressamente ressalvado que seus *Covenants* Financeiros poderão ser aditados de forma consistente com o contrato de financiamento de longo prazo a ser firmado pela sociedade. DESSA FORMA, CADA DEBENTURISTA DA EMISSÃO EXPRESSAMENTE CONCORDA E ANUI MEDIANTE SUA SUBSCRIÇÃO OU AQUISIÇÃO DE DEBÊNTURES QUE OS COVENANTS FINANCEIROS APLICÁVEIS À TAUBATÉ PODERÃO SER ADITADOS MEDIANTE ENVIO PELA EMISSORA AO AGENTE FIDUCIÁRIO DE CÓPIA DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO ENTÃO DEVIDAMENTE FORMALIZADO PELA TAUBATÉ. EXCLUSIVAMENTE NESTA HIPÓTESE, CADA DEBENTURISTA CONCORDARÁ EM APROVAR EM AGD A ALTERAÇÃO DESTA ESCRITURA, DE FORMA QUE OS COVENANTS FINANCEIROS APLICÁVEIS À TAUBATÉ SEJAM CONSISTENTES COM AQUELES AVENÇADOS EM SEU CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO.

Para as finalidades deste item, a Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário cópia do contrato de financiamento de longo prazo de Taubaté, após o que caberá ao Agente Fiduciário convocar AGD, nos moldes descritos nesta Escritura;

- (xviii) se, durante a vigência da Escritura, for constituída ou prestada sem a prévia deliberação dos titulares de Debêntures reunidos em AGD, qualquer nova garantia real, e.g., cessão ou alienação fiduciária, penhor, hipoteca, usufruto, ou qualquer outro ônus real, gravame ou direito real de garantia (“**Gravames**”) sobre os bens e/ou direitos da Companhia e/ou de quaisquer das Transmissoras existentes na Data de Emissão, a não ser no caso de eventual renovação ou prorrogação de dívidas já contratadas junto aos respectivos credores, desde que qualquer tal renovação ou prorrogação não envolva o oferecimento de qualquer Gravame adicional àqueles existentes na Data de Emissão. Adicionalmente, durante a vigência da Escritura apenas será permitido à Companhia e/ou às Transmissoras instituir novos Gravames relativos à 1ª emissão pública de debêntures pela CPTE, no valor de até R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) na respectiva data de emissão, e à outorga de penhor de 2º (segundo) grau em garantia do

empréstimo-ponte e financiamento de Jauru Trecho Norte, conforme indicado no item (vi) acima; e/ou em garantia ao financiamento de longo prazo a ser contratado pela Taubaté, até o limite indicado no item (vi) acima; e/ou

- (xix) caso o montante equivalente à soma das Receitas Anuais Permitidas – RAP (calculadas com base nas disposições de cada respectivo Contrato de Concessão, os quais podem ser obtidos no *website* da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL no seguinte endereço: www.aneel.gov.br/aplicacoes/contrato/contrato.cfm?idramo=2) de todas as Transmissoras sofra redução superior a 10,5% (dez vírgula cinco por cento) relativamente ao mês imediatamente anterior. Para as finalidades deste item, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias úteis contados: (a) de solicitação do Agente Fiduciário a esse respeito; e/ou (b) de cada reajuste anual de Receita Anual Permitida – RAP de cada Transmissora, nos termos de cada respectivo contrato de concessão.
- 4.11.2. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens (ii), (iii), (iv) – exclusivamente no que diz respeito às obrigações de natureza pecuniária referentes às Debêntures –, (vi), (vii), (x), (xi), (xiii), (xiv) e (xv) do item 4.11.1 acima, resultará no vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora.
- 4.11.3. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens (i) e (v) – exclusivamente no que diz respeito às obrigações de natureza não pecuniária referentes às Debêntures –, (viii), (ix), (xii), (xvi), (xvii), (xviii) e (xix) do item 4.11.1 acima, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos o Agente Fiduciário deverá convocar os titulares das Debêntures para a realização de AGD, que poderá determinar, por deliberação de Debenturistas representando mais da metade do número de Debêntures em circulação, que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, de acordo com as disposições da Cláusula VII abaixo.
- 4.11.3.1. Para os fins do item 4.11.3 acima, na hipótese (i) de não instalação da AGD referida no item 4.11.3, em primeira e em segunda convocação, por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 4.11.3 acima (*i.e.*, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures), o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item 4.11.1 acima.
- 4.11.4. Para fins do item (ii) do item 4.11.1 acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definidos, em ambos os casos, na Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada.
- 4.11.5. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nos termos da presente item 4.11, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora, com cópia para CETIP.

4.12. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.12.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.11 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do VNU acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão das Debêntures ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos detentores de Debêntures nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento pela Emissora de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula IX desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14.1 abaixo.

4.13. RESGATE ANTECIPADO TOTAL FACULTATIVO E COMPULSÓRIO

4.13.1. Sem prejuízo da hipótese prevista no item 4.10.7 acima, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação em assembleia geral de acionistas da Emissora, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, relativo a todos os Debenturistas, sem distinção (**“Resgate Antecipado Facultativo”**), nos termos do artigo 55 da Lei das S.A. O Resgate Antecipado Facultativo, conforme aplicável, será realizado de acordo com as seguintes disposições:

- (i) a Emissora realizará o Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e à CETIP, além de publicação de Aviso aos Debenturistas, nos termos das disposições aplicáveis da Lei das S.A., com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis de antecedência da data definida para a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo (**“Data da Liquidação”**);
- (ii) a Companhia deverá pagar aos titulares das Debêntures: (a) o saldo de VNU sujeita à Resgate Antecipado; acrescido da (b) Remuneração aplicável à totalidade das Debêntures então em circulação, calculada *pro rata temporis* até a data da liquidação do Resgate Antecipado (**“Saldo Devedor do Resgate Antecipado”**), acrescido, ainda, de (c) prêmio de liquidação antecipada incidente sobre o Saldo Devedor do Resgate Antecipado (**“Prêmio de Resgate Antecipado”**), nos termos da tabela abaixo:

Data do Resgate Antecipado		% incidente sobre o Saldo Devedor do Resgate Antecipado
De	Até	
19/12/2011	19/12/2012	1,00%
20/12/2012	19/06/2013	0,90%
20/06/2013	19/12/2013	0,80%
20/12/2013	19/06/2014	0,70%
20/06/2014	19/12/2014	0,65%
20/12/2014	19/06/2015	0,60%
20/06/2015	19/12/2015	0,55%
20/12/2015	19/06/2016	0,50%
20/06/2016	19/12/2016	0,45%
20/12/2016	19/06/2017	0,40%

20/06/2017	19/12/2017	0,30%
20/12/2017	19/06/2019	0,20%

- (iii) a comunicação de Resgate Antecipado prevista acima deverá contemplar a data de tal Resgate Antecipado; o valor objeto de tal Resgate Antecipado; e quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado;
- (iv) caso as Debêntures estejam custodiadas no SND, o Resgate Antecipado obedecerá aos procedimentos determinados pela CETIP.

4.13.2. As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

4.13.3. A Companhia poderá, a qualquer tempo durante o prazo de vigência das Debêntures, adquirir Debêntures em circulação – observadas as disposições do artigo 13 da ICVM 476/09 e, ainda, do parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das S.A. a esse respeito, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras –, podendo tais Debêntures ser canceladas, mantidas em tesouraria ou recolocadas novamente no mercado, neste caso, passando a fazer jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

4.13.4. A Companhia deverá obrigatoriamente resgatar a totalidade das Debêntures então em circulação caso haja alienação sem o prévio e expresso consentimento por escrito dos titulares das Debêntures em AGD de qualquer Participação de titularidade da Emissora em qualquer das Transmissoras (**“Resgate Antecipado Compulsório”**). O Resgate Antecipado Compulsório reger-se-á pelas mesmas disposições aplicáveis ao Resgate Antecipado Facultativo no tocante aos procedimentos e metodologia de cálculo de valor de resgate (o Resgate Antecipado Facultativo e o Resgate Antecipado Compulsório, descritos nos itens acima são definidos como **“Resgate Antecipado”**).

4.14. MULTA E JUROS MORATÓRIOS

4.14.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a: (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.15. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

4.15.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.14 acima, o não comparecimento de qualquer dos Debenturistas para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora nesse sentido não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito ao pagamento dos valores em atraso até a data do respectivo vencimento.

4.16. LOCAL DE PAGAMENTO

4.16.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora em conformidade com os procedimentos da CETIP, no mesmo dia do respectivo vencimento, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Agente Escriurador, no mesmo dia do respectivo vencimento.

4.17. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.17.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou feriado bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado no item 4.16 acima, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.18. PUBLICIDADE

4.18.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Diário Mercantil, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações estabelecidas nos termos da Lei das S.A. e/ou pela CVM.

4.19. REPACTUAÇÃO

4.19.1. As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.

4.20. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.20.1 Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido titular de Debêntures deverá encaminhar ao Agente Escriurador, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Até a data de cada pagamento, o titular de Debêntures que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária nos termos desta Cláusula 4.20.1 deverá permanecer titular das respectivas Debêntures, não podendo negociar suas respectivas Debêntures até data posterior a cada pagamento.

4.21. RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

- 4.21.1. Caso a Emissão não seja efetivada – por qualquer motivo – e, observadas as disposições do item 4.1.6 acima, os recursos empregados por quaisquer investidores para a subscrição das Debêntures deverão ser devolvidos aos respectivos investidores, por intermédio do Banco Mandatário, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir da data do encerramento da Emissão, ficando, porém, desde já estabelecido que tais recursos serão devolvidos aos investidores sem incidência de Remuneração, juros ou correção monetária a qualquer título.

CLÁUSULA V OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

5.1. A Emissora obriga-se a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do término de cada exercício social; (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer de auditores independentes; (2) declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando o cumprimento integral das disposições previstas nesta Escritura; bem como (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua respectiva administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas/finanças da Emissora;
 - (b) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados no item 4.11 acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário poder declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura;
 - (c) avisos aos titulares das Debêntures e ao Agente Fiduciário, fatos relevantes, bem como atas de assembleias gerais e reuniões de Diretoria que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão e que, de alguma forma, envolvam o interesse dos titulares das Debêntures, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da data em que forem publicados e/ou, caso não tenham sido publicados, da data em que forem realizados;
 - (d) informações sobre qualquer descumprimento de qualquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, sem prejuízo do disposto no item (iii) abaixo;
 - (e) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
 - (f) qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa verificar o cumprimento das obrigações nos termos da Escritura de Emissão, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva solicitação;
 - (g) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data que tiver conhecimento de tal descumprimento;
 - (h) todas e quaisquer informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP; e/ou

- (i) a memória de cálculo dos *Covenants* Financeiros a que a Emissora estiver sujeita, nos termos do item 4.11.1 (xvii) acima, até a data de entrega de suas demonstrações financeiras anuais à CVM.
- (ii) cumprir todas as determinações legais aplicáveis e/ou emanadas da CVM, relacionadas com as Debêntures, inclusive mediante envio de documentos, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM, conforme aplicável, observada a legislação aplicável, devendo manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas na forma exigida pela CVM;
- (iii) notificar imediatamente o Agente Fiduciário, observadas as disposições aplicáveis à política de divulgação de informações da Emissora, conforme aplicáveis, sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (a) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura; (b) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; e/ou (c) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura;
- (iv) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (v) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares em vigor;
- (vi) manter contratados, durante o Prazo de Vigência das Debêntures, às suas expensas, o Agente Escriturador, o Banco Mandatário e o Agente Fiduciário;
- (vii) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis previstos na Lei das S.A. e os princípios prescritos pela CVM (“**Práticas Contábeis Adotadas no Brasil**”);
- (viii) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por auditor(es) independente(s) registrado(s) na CVM e que gozem de boa reputação internacional;
- (ix) conduzir todas as operações com Afiliadas e/ou partes relacionadas em valores de mercado e bases equitativas;
- (x) aplicar os recursos obtidos na Emissão conforme determinado no item 3.4.1 desta Escritura, bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos;
- (xi) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, sem limitação ao disposto na ICVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;

(xii) obter em até 120 (cento e vinte) dias contados de solicitação de Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures então em circulação, a classificação de risco (*rating*) para as Debêntures da Emissão, com vistas à negociação secundária das Debêntures.

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoável e comprovadamente incorridas para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures e/ou para realizar seus respectivos créditos, inclusive honorários advocatícios, e outras despesas e custos comprovada e razoavelmente incorridas em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura. As despesas de valor igual ou superior a R\$10.000,00 (dez mil reais) deverão ser prévia e expressamente aprovadas pela Emissora antes de serem incorridas pelo Agente Fiduciário.

5.2.1. As despesas a que se refere o item 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (i) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outros que vierem a ser exigidos pela legislação e/ou regulamentação aplicável;
- (ii) emissão/obtenção de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (iii) despesas de viagem, alimentação, estadia e transporte quando necessárias ao desempenho de suas respectivas funções/atribuições; e
- (iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares das Debêntures.

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas e razoavelmente incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares das Debêntures, que não tenha sido pago na forma do item 5.2 e 5.2.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas de que trata o item 5.2 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas pelo Agente Fiduciário, necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures

5.2.4 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente

suportadas pelos Debenturistas, bem como, a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

5.3. As Debêntures serão admitidas à negociação em mercados regulamentados e, dessa forma, nos termos do parágrafo 1º do artigo 17 da ICVM 476/09, a Emissora, sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na legislação/regulamentação em vigor, se obriga a:

- (i) preparar e disponibilizar ao Agente Fiduciário suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das S.A. e com as regras emitidas pela CVM;
- (ii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor(es) independente(s) registrado(s) na CVM e que gozem de boa reputação internacional;
- (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditor(es) independente(s) registrado(s) na CVM e que gozem de boa reputação internacional, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados a partir do encerramento de cada exercício social;
- (iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**ICVM 358/02**”), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer “Fato Relevante”, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358/02, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder; e
- (vii) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

5.4. Adicionalmente, nos termos do artigo 9 da ICVM 476/09, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures pelo prazo de, no mínimo, 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, objeto da presente Escritura, exceto no caso de tal nova oferta ser submetida a registro na CVM.

CLÁUSULA VI AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui **Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, acima qualificado, como Agente Fiduciário da Emissão e que, por este ato, aceita a respectiva nomeação para, nos termos da Lei das S.A., das demais disposições legais e regulatórias aplicáveis e da presente Escritura, representar – a qualquer tempo – perante a Emissora, os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara sob as penas da lei, que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura;
 - (ii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da legislação e regulamentação aplicável vigente;
 - (iii) conhece e aceita integralmente a presente Escritura, todas as respectivas cláusulas, termos e condições;
 - (iv) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
 - (v) a celebração desta Escritura e o cumprimento das respectivas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
 - (vi) não está sujeito a qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das S.A. e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“**ICVM 28/83**”) para exercer a função e as atribuições que lhe são conferidas;
 - (vii) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da ICVM 28/83;
 - (viii) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis do República Federativa do Brasil;
 - (xix) os respectivos representantes que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
 - (x) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
 - (xi) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções e/ou atribuições;
 - (xii) está ciente das disposições da regulamentação aplicável emanada pelo Banco Central do Brasil e da CVM, em especial da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
 - (xiii) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
 - (xiv) está ciente da legislação e regulamentação aplicável às obrigações e/ou atribuições ora assumidas.
- 6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição.
- 6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que competem ao Agente Fiduciário, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura correspondente a uma remuneração anual de R\$15.000,00 (quinze mil reais), devida pela Emissora, sendo

a primeira parcela devida em 6 de janeiro de 2012 e, as demais parcelas, no mesmo dia dos anos subsequentes, sendo que a última parcela, devida em 08 de janeiro de 2018, será no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), conforme tabela abaixo:

# PARCELA	PAGAMENTO	VALOR DA PARCELA
1 ^a	6/1/2012	R\$ 15.000,00
2 ^a	7/1/2013	R\$ 15.000,00
3 ^a	6/1/2014	R\$ 15.000,00
4 ^a	6/1/2015	R\$ 15.000,00
5 ^a	6/1/2016	R\$ 15.000,00
6 ^a	6/1/2017	R\$ 15.000,00
7 ^a	8/1/2018	R\$ 15.000,00
8 ^a	7/1/2019	R\$ 7.500,00

- 6.4.1. Na hipótese de ocorrer o cancelamento da Emissão, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.
- 6.4.2. Em caso de inadimplemento pecuniário por parte da Emissora no contexto da presente Emissão, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades do Agente Fiduciário com relação à presente Emissão, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de “relatório de horas” à Emissora, para assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação das condições das Debêntures requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou Debenturistas e AGDs; e (ii) implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos Debenturistas em AGD.
- 6.4.3. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.
- 6.4.4. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 6.4 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado, publicado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura.
- 6.4.5. As parcelas de remuneração citadas no item 6.4 acima serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e/ou quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 6.5. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura:

- (i) proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures, empregando, no exercício de suas respectivas funções e atribuições, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (ii) evitar conflitos de interesses e, conforme o caso, renunciar à condição de Agente Fiduciário na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais documentos e papéis relacionados ao exercício de suas funções e atribuições;
- (iv) verificar, no momento da aceitação de suas respectivas funções e atribuições, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover perante os órgãos e autoridades públicas e/ou governamentais competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e eventuais Aditamentos na JUCERJA e/ou nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações e no fornecimento de documentos obrigatórios, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas respectivas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (viii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (ix) convocar, quando necessário, AGDs, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (x) comparecer às AGDs, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xi) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea (b), da Lei das S.A., relativos aos exercícios sociais da Emissora, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório supra citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até 15 (quinze) dias antes do encerramento do prazo para publicação do relatório conforme disposto na Lei das S.A.:

- (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização e pagamento da Remuneração e outros pagamentos relativos às Debêntures efetuados no período;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração acerca exequibilidade das Garantias das Debêntures, sendo certo e reconhecido por cada subscritor de Debêntures da Emissão que o Agente Fiduciário não se pronunciará com respeito à suficiência das Garantias; e
 - (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (xii) disponibilizar o relatório a que se refere o item (xi) acima aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, contado a partir do encerramento de cada exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais: (a) na sede da Emissora; (b) na sede do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por esta indicado; (c) na CVM; e (d) nas dependências do Coordenador Líder, conforme indicado pelo Coordenador Líder;
- (xiii) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (xiv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus respectivos endereços, incluindo seu respectivo endereço, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Agente Escriturador e/ou à CETIP;
- (xv) fiscalizar o cumprimento das disposições constantes desta Escritura e especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;
- (xvi) notificar os titulares das Debêntures – se possível individualmente – no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de

obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local e/ou os meios mediante os quais fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP, conforme aplicável;

- (xvii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (xviii) acompanhar e verificar a apuração dos índices e/ou limites – quer sejam financeiros, quer de outra natureza, conforme o caso –, na periodicidade prevista e conforme previsto nesta Escritura ou nos Documentos das Garantias, com base nas informações fornecidas pela Emissora, nos termos da Cláusula V acima;
- (xix) verificar a regularidade da constituição das Garantia (real fidejussória) referida no item 4.5 acima, nos termos dos Documentos de Garantia; (ii) a manutenção de sua exequibilidade; e (iii) o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua exequibilidade, na forma e de acordo com os limites previstos nos Documentos de Garantia; e
- (xx) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.11 acima, o Agente Fiduciário poderá lançar mão de quaisquer procedimentos, quer sejam judiciais ou extrajudiciais, em face da Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus respectivos créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o respectivo Valor Nominal Unitário e/ou saldo do Valor Nominal Unitário, Remuneração e acessórios, observadas as condições da presente Escritura;
- (ii) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, nos termos da legislação aplicável, quando aplicável;
- (iii) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, extrajudicial ou similar, liquidação, dissolução e/ou extinção da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens (i) a (iv) acima se, convocada uma AGD, tal AGD assim o autorizar por deliberação dos titulares das Debêntures.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura até a Data de Vencimento, sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura sejam cumpridas.

6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada uma AGD, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do evento que a determinar, para a escolha do novo agente fiduciário da

Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário – a ser substituído –, pela Emissora, pelos titulares das Debêntures, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear um agente fiduciário substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário que seja superior à remuneração avençada nesta Escritura.

- 6.8.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá o Agente Fiduciário comunicar imediatamente tal fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.
- 6.8.2. É facultado aos titulares das Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu respectivo substituto, em AGDs especialmente convocadas para tal fim, nos termos desta Escritura.
- 6.8.3. Caso ocorra efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto perceberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, similar em todos os respectivos termos e condições, ficando estabelecido que a primeira parcela de remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário da Emissão. A remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada em AGD.
- 6.8.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9 da ICVM 28/83, conforme o caso, e eventuais normas posteriores que versem a esse respeito.
- 6.8.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura, que deverá ser registrado na JUCERJA.
 - 6.8.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso, a cada um dos Debenturistas, nos termos da Cláusula IX abaixo.
 - 6.8.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à presente Escritura, inclusive, até sua efetiva substituição, a Data de Vencimento, ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura sejam cumpridas.
- 6.8.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA VII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, deliberar sobre os assuntos pertinentes à Emissão mediante AGD, aplicando-se a cada tal AGD, no que for pertinente, as disposições do artigo 71 da Lei das S.A.

- 7.1.1. Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, virem a envolver direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser, obrigatoriamente, comunicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas”, a ser enviado a cada um dos Debenturistas conforme as disposições da Cláusula IX abaixo.
- 7.2. A AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, ou pelos titulares das Debêntures conforme o item 7.2.1 abaixo, ou, ainda, pela CVM.
- 7.2.1. A convocação para cada AGD dar-se-á nos termos do item 7.2 acima, através de anúncio publicado de acordo com as regras aplicáveis à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura.
- 7.3. Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das S.A. para assembleias gerais de acionistas.
- 7.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista que for designado pelos demais Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.
- 7.4. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.
- 7.4.1. A convocação para a realização de AGD em segunda convocação deverá ser realizada com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência da data marcada para a respectiva instalação, podendo ser realizada por ocasião da primeira convocação.
- 7.4.2. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecer a totalidade de titulares das Debêntures em circulação.
- 7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo 3º, da Lei das S.A., a AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.
- 7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu respectivo titular o direito a 1 (um) voto nas AGDs, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura ou na legislação aplicável, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários dos titulares de Debêntures, Debenturistas ou não.
- 7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6 acima, qualquer alteração: (i) no Prazo de Vigência das Debêntures; (ii) na data de pagamento do Valor Nominal Unitário e/ou da Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quorum de deliberação das AGDs; (v) à Cláusula 4.11 acima; e (vi) das Garantias concedidas, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.
- 7.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.11.2.2 desta Escritura, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

7.6.3. Com relação aos Debenturistas que em AGD forem contrários à permissão para instituição pela Companhia de novos Gravames, nos termos do item 4.11.1(xiii) acima, a Companhia deverá realizar a recompra de suas Debêntures pelo VNU acrescido de Remuneração calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão das Debêntures ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior em até 10 (dez) dias úteis após a AGD convocada para a deliberação a respeito da permissão de instituição de novos Gravames.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula VII, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures quaisquer Debêntures detidas pela Emissora e mantidas em tesouraria, ou por suas respectivas Afiliadas, respectivos diretores e/ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais e/ou procuradores da Emissora nas AGDs.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs para prestar aos titulares das Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA VIII DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

8.1. A Emissora declara e garante a todos e quaisquer Debenturistas e ao Agente Fiduciário que, na data da assinatura desta Escritura:

- (i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, incluindo, sem limitação a Lei das S.A.;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários;
- (iii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) esta Escritura de Emissão, os Documentos das Garantias e as obrigações aqui e ali previstas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (v) a celebração desta Escritura, a formalização dos Documentos das Garantias, a realização da Emissão e a colocação das Debêntures não infringem nenhuma disposição legal, regulatória, contrato ou instrumento relevante para os negócios da Emissora dos quais a Emissora seja parte nem importará: (a) no vencimento antecipado de obrigações estabelecidas em quaisquer de tais contratos e/ou instrumentos; (b) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos; ou (c) na criação de qualquer ônus sobre quaisquer ativos ou bens da Emissora e/ou de suas Afiliadas, exceto pelas Garantias indicadas no item 4.5 acima;
- (vi) a Emissora, nesta data, detém todas as autorizações, concessões e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, as quais se encontram válidas e em pleno efeito, exceto nas

hipóteses em que a falta de obtenção ou de manutenção das referidas autorizações e licenças não comprometa a capacidade operacional da Emissora;

- (vii) em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil, a Emissora e suas Afiliadas não possuem quaisquer passivos materiais que já tenham sido demandados ou exigidos, nem passivos materiais ou contingências materiais decorrentes de operações praticadas, que não estejam refletidos nas respectivas demonstrações financeiras ou em suas notas explicativas;
- (viii) as demonstrações financeiras auditadas da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 e não auditadas referentes ao período que vai até 30 de setembro de 2011 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável, refletindo corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora, de forma consolidada;
- (ix) cumprirão todas as obrigações assumidas nos termos da Escritura de Emissão e dos Documentos das Garantias, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula III acima;
- (x) as informações fornecidas pela Emissora e pela Garantidora aos Investidores Qualificados no contexto da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- (xi) não omitiram ou omitirão nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados nas Debêntures;
- (xii) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (xiii) a Emissora cumpre as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos e autoridades públicas e/ou governamentais, autarquias e/ou tribunais, exceto aquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais e/ou administrativos apropriados, e/ou aquelas cujo descumprimento não possa afetar de maneira adversa relevante a Emissora; e
- (xiv) não prestaram declarações falsas, imprecisas ou incompletas aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário ou qualquer empresa integrante do grupo econômico do Agente Fiduciário, e desde a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 não há pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar uma Mudança Adversa Relevante ou Evento de Vencimento Antecipado.

CLÁUSULA IX NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

(i) se para a Emissora:

ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Avenida Marechal Câmara, nº 160, sala 1.818, Centro
Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20020-080

Tel.: 55-21-3077 0077

Fax: 55-21-3077 0060

At.: Sr. Angel Javier Casaseca de Prada

Email: jcasaseca@isoluxcorsan.com

(ii) se para o Agente Fiduciário:

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Rua Sete de Setembro, nº99, 24º andar
Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20050-005

Tel.: 21- 2507-1949

Fax: 21- 2507-1949

At: Carlos Alberto Bacha/Rinaldo Rabello Ferreira

Email: pavarini@pavarini.com.br

bacha@pavarini.com.br

rinaldo@pavarini.com.br

(iii) se para o Banco Mandatário:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707,
7º andar – Torre Eudoro Villela
São Paulo – SP, CEP: 04309-010

Tel.: 11- 5029-1910

Fax: 11- 5029-1943

At: Cláudia G. Vasconcellos

Email: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(iv) se para o Agente Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707,
7º andar – Torre Eudoro Villela
São Paulo – SP, CEP: 04309-010

Tel.: 11- 5029-1910

Fax: 11- 5029-1943

At: Cláudia G. Vasconcellos

Email: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(v) se para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
São Paulo –SP, CEP: 01452-001

Tel.: 11- 3111-1596
Fax: 11- 3115-1564
At: Gerência de Valores Mobiliários
Email: gr.debentures@cetip.com.br

Av. República do Chile, 230, 11º andar,
CEP 20031-170, Rio de Janeiro –RJ

Tel.: 21- 2276-7474
Fax: 21- 2252-4308 / 2262-5481

(vi) se para o Coordenador Líder:

BANCO VOTORANTIM S.A.

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar
São Paulo – SP, CEP: 04794-000

Tel.: 55-11-5171 2612
Fax: 55-11-5171 2656
At.: Sr. Roberto Roma
Email: roberto.roma@bancovotorantim.com.br

9.2. As notificações e/ou comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu respectivo recebimento seja confirmado por meio de indicativo de recebimento (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a cada uma das demais pessoas indicadas nesta Cláusula IX pela pessoa que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Ausência de Vínculo: esta Escritura de Emissão não implica a formação de qualquer vínculo de qualquer natureza entre a Emissora, a Garantidora e os Debenturistas, nem entre uma parte e os empregados e contratados da outra parte, permanecendo cada parte exclusivamente responsável pela remuneração e respectivos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, bem como pelas reclamações e ações de seus funcionários, empregados e/ou contratados, devendo manter a outra parte a salvo de tais reclamações, ações e demandas, e indenizá-la de todas e

quaisquer quantias, inclusive honorários advocatícios e custas judiciais devidas em decorrência de tais reclamações, ações e demandas, inclusive reivindicações relativas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e quaisquer direitos previdenciários.

10.2 Independência das Disposições: se qualquer termo ou outra disposição desta Escritura de Emissão for considerado inválido, ilegal ou inexecutável diante de qualquer norma legal e/ou de ordem pública, todos os demais termos e disposições desta Escritura de Emissão permanecerão, independentemente, em pleno vigor e efeito pelo tempo em que o substrato econômico e jurídico das operações contempladas nesta Escritura não for prejudicado. Quando qualquer termo ou outra disposição for considerado inválido, ilegal ou inexecutável, a Emissora e os Debenturistas negociarão em boa fé a alteração desta Escritura de modo a fazer vigorar sua intenção original da melhor maneira possível, e a fim de que as transações aqui contempladas sejam realizadas e preservadas.

10.3 Renúncia: o não exercício por qualquer dos Debenturistas, pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário de quaisquer de seus direitos, ou a não execução de quaisquer dos termos ou condições desta Escritura não serão considerados renúncia a esses direitos, exceto quanto a direitos especificamente limitados à data de seu exercício, nem impedirão qualquer um dos Debenturistas, a Emissora e/ou o Agente Fiduciário de fazer valer ou exercer quaisquer desses direitos.

10.3.1 A eventual tolerância, por qualquer dos Debenturistas, pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, da inexecução de quaisquer cláusulas ou condições desta Escritura, a qualquer tempo, deverá ser interpretada como mera liberalidade, não implicando, portanto, em novação, transação, perdão, renúncia ou dispensa da obrigação assumida, nem desistência do cumprimento das disposições aqui contidas, ainda que o dispositivo violado possa ser considerado como cancelado ou modificado unilateralmente.

10.4 Irrevogabilidade: a presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores a qualquer título.

10.5 Acordo Integral: esta Escritura de Emissão e os Documentos das Garantias constituem o único e integral acordo com relação aos negócios aqui contidos e/ou contidos nos Documentos das Garantias. Quaisquer documentos, compromissos e avenças anteriores, orais, escritos ou de outra forma estabelecidos entre a Emissora e os Debenturistas, o Coordenador Líder, ou outra pessoa, conforme o caso, e referentes ao objeto desta Escritura serão considerados cancelados e não afetarão ou modificarão quaisquer dos seus termos ou obrigações estabelecidos nesta Escritura.

10.6 Execução Específica e Título Executivo Extrajudicial: para os fins da presente Escritura, a Emissora está ciente e aceita que a presente Escritura de Emissão representa um título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos legais, especialmente aqueles contemplados pela Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“**Código de Processo Civil**”), e que as obrigações contidas nesta Escritura estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 461, 632 *et seq.* do Código de Processo Civil.

10.7. Acordo Mútuo, Boa-fé e Equidade: as Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

10.8. Verificação de Veracidade: o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade com relação às deliberações societárias e/ou atos da administração ou qualquer outro documento ou registro da Emissora que considere autêntico e que lhe tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora.

CLÁUSULA XI FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões e/ou conflitos porventura oriundos desta Escritura.

E, POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2011

ISOLUX ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Angel Javier Casaseca de Prada
Diretor Geral

(restante da página intencionalmente deixado em branco)

Página de assinaturas da “Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição com Esforços Restritos da Isolux Energia e Participações S.A.”, firmada em 15 de dezembro de 2011

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,

TESTEMUNHAS

Nome:

RG:

CPF:

Nome:

RG:

CPF:

(restante da página intencionalmente deixado em branco)